

## **Ação política da CNBB entre hegemonia e resistência na Nova República**

### **The political role of CNBB between hegemony and resistance in the New Republic**

Rafael Soares Duarte de Moura \*  
Luiz Eduardo de Souza Pinto\*\*

#### **Resumo**

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1952, representa uma reorganização política da Igreja Católica em resposta à urbanização, modernização econômica e crescente diversidade social. O principal objetivo deste estudo é analisar a influência política e social da CNBB, desde sua fundação até o período de redemocratização, conhecido como Nova República. A metodologia utilizada baseia-se na análise documental de importantes documentos políticos e pastorais emitidos pela CNBB, além de literatura secundária que aborda o papel da Igreja na política brasileira. Os resultados indicam que a CNBB desempenhou um papel central na formação dos debates políticos sobre questões sociais, como direitos humanos, reforma agrária e o papel da religião na governança. As considerações finais destacam a transição da CNBB de uma instituição predominantemente religiosa para uma entidade ativamente engajada na esfera política, especialmente durante e após a ditadura militar. Essa atuação contribuiu significativamente para a formação da democracia brasileira pós-ditadura, promovendo a participação política e a defesa dos pobres. Ao longo do tempo, a CNBB tornou-se uma voz essencial no cenário social e político do Brasil, associando os princípios católicos à justiça e à igualdade.

**Palavras-chave:** CNBB. Igreja Católica. Nova República. Política. Redemocratização.

#### **Abstract**

The National Conference of Bishops of Brazil (CNBB), founded in 1952, is a political reorganization of the Catholic Church in response to urbanization, economic modernization, and increasing social diversity. The main objective of this study is to analyze CNBB's political and social influence, from its foundation through the re-democratization period known as the New Republic. The methodology employed is a documentary analysis of key political and pastoral documents issued by CNBB, as well as secondary literature focusing on the role of the Church in Brazilian politics. Results indicate that CNBB has been central in shaping political debates on social issues, including human rights, land reforms, and the role of religion in governance. Considerations highlight the CNBB's shift from a primarily religious institution to one actively engaged in the political sphere, especially during and after the military dictatorship. This engagement has significantly contributed to shaping Brazil's post-dictatorial democracy, by promoting political participation and advocating for the poor. Over time, CNBB has become an essential voice in Brazil's social and political landscape, linking Catholic principles to justice and equality.

**Keywords:** CNBB. Catholic Church. New Republic. Politics. Re-democratization.

---

Artigo submetido em 17 de setembro de 2024 e aprovado em 15 de junho de 2026.

\* Doutor em Direito pela UnB. Mestre em Direito pela UFMG. Pós-doutor em Direitos Humanos pela UFG. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0002-1104-491X. E-mail: rafael.moura@unimontes.br.

\*\* Doutor em Sociologia pela UFMG. Mestre em Ciências da Religião pela PUC-MGH. Pós-doutor em Ciência Política pela UFMG. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0003-2396-0138. E-mail: eduardounimontes@hotmail.com.

## Introdução

A atuação política da Igreja Católica no Brasil ao longo do século XX foi marcada por deslocamentos significativos em sua relação com o Estado, com as elites políticas, com os movimentos sociais e com as classes populares. De uma posição historicamente associada à legitimação da ordem social vigente, a Igreja passou, especialmente a partir da segunda metade do século XX, a ocupar também espaços de mediação pública, crítica social e resistência política diante das desigualdades estruturais, dos conflitos fundiários, da repressão estatal e das disputas em torno da democratização brasileira. Nesse processo, a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, constituiu um marco institucional decisivo, pois permitiu ao episcopado brasileiro superar formas dispersas de atuação e construir uma voz nacional mais articulada. A CNBB emergiu em um contexto de urbanização acelerada, industrialização, fortalecimento de universidades seculares, crescimento da classe operária urbana e ampliação de movimentos sociais que colocavam novos desafios à presença pública do catolicismo. Sob a liderança de figuras como Dom Helder Câmara e com apoio de setores do Vaticano, especialmente de Giovanni Battista Montini, a conferência episcopal tornou-se um instrumento de coordenação pastoral, mas também de intervenção política e social em temas como reforma agrária, direitos humanos, desenvolvimento econômico, justiça social e participação popular (Alves, 1979; Mainwaring, 2004; Schallenmüller, 2011).

A fundação da CNBB ocorreu, portanto, em um momento no qual a hegemonia religiosa e social da Igreja Católica começava a ser tensionada por novas formas de organização política, sindical, educacional e religiosa. Embora inicialmente concebida com objetivos administrativos e pastorais, a conferência ampliou progressivamente sua atuação para a esfera pública, assumindo papel relevante nos debates nacionais desde os anos 1950. Essa inflexão pode ser observada em documentos como “A Igreja e a Reforma Agrária”, de 1954, e “A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro”, de 1961, nos quais a CNBB passou a relacionar a questão agrária à justiça social e à inclusão dos trabalhadores rurais no desenvolvimento nacional. Durante a ditadura militar, essa atuação ganhou contornos de resistência moral e política, especialmente quando a conferência

denunciou violações de direitos humanos, condenou a tortura e apoiou iniciativas voltadas à defesa de trabalhadores, camponeses, indígenas e populações marginalizadas, como se verificou na criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, e na publicação de documentos como “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”, de 1977. Já no processo de redemocratização e na Nova República, a CNBB intensificou sua presença pública ao defender a anistia, a participação popular, a justiça social e uma nova ordem constitucional, expressa na Declaração Pastoral “Por uma Nova Ordem Constitucional”, de 1986. Assim, a trajetória analisada neste artigo evidencia uma instituição atravessada por tensões entre hegemonia e resistência, conservadorismo e progressismo, evangelização e compromisso social, cuja atuação foi decisiva para compreender as relações entre religião, política e democracia no Brasil contemporâneo (Senra, 2017; Wanderley, 2007; Wohnrath, 2017).

A CNBB foi, assim, responsável por reconfigurar o papel da Igreja no cenário político brasileiro. Desde os primeiros anos de sua atuação, o episcopado, que antes se manifestava de maneira dispersa e isolada, passou a agir de forma coordenada, especialmente no que tange a questões de justiça social, direitos humanos e desenvolvimento econômico. Esse novo perfil institucional permitiu à Igreja Católica não apenas preservar sua relevância em um contexto de mudanças sociais, mas também consolidar-se como uma das principais forças de resistência política durante o regime militar (1964-1985). A Igreja, por meio da CNBB, assumiu uma postura crítica em relação à ditadura, destacando-se por suas posições progressistas em temas como a reforma agrária e a defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações indígenas.

No entanto, o engajamento da CNBB não se limitou à oposição ao regime militar. À medida que o Brasil caminhava para a redemocratização, a CNBB intensificou sua atuação política, promovendo debates públicos e articulando a participação dos leigos no processo de construção da nova ordem democrática. Em sua Declaração Pastoral de 1986, “Por uma Nova Ordem Constitucional”, a CNBB explicitou seu compromisso com a participação ativa na elaboração da Constituição de 1988, posicionando-se como uma mediadora entre os interesses populares e o Estado, e defendendo uma maior justiça social, equidade e

participação política das classes marginalizadas.

Este artigo propõe-se a examinar a atuação política da CNBB desde sua fundação até o período inicial da Nova República, contextualizando o impacto de suas ações nos processos de democratização e na formação das estruturas políticas contemporâneas do Brasil. A análise busca compreender de que forma a CNBB, por meio de suas ações e pronunciamentos, navegou as complexas relações entre a Igreja, o Estado e a sociedade civil, transformando-se em uma instituição fundamental para a compreensão da política brasileira no século XX. Além disso, serão analisadas as tensões internas dentro da própria Igreja, que emergiram à medida que setores progressistas e conservadores divergiam em relação ao papel da religião na política e na sociedade.

## **1 A CNBB e a reconfiguração política da igreja católica no Brasil**

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1952, representa um marco de reorganização política dentro da Igreja Católica em resposta ao cenário de urbanização acelerada, modernização econômica e diversidade social que marcou o Brasil no pós-guerra. Nesse contexto, a hegemonia da Igreja Católica, outrora inquestionável no campo religioso e social, começou a ser progressivamente desafiada por novos movimentos políticos e sociais que surgiam em meio às mudanças estruturais que afetavam as instituições brasileiras. A CNBB, ao emergir como o principal organismo de articulação do catolicismo no Brasil, desempenhou um papel central na adaptação da Igreja ao novo cenário, preservando sua relevância política e, ao mesmo tempo, ampliando sua atuação social em um país cada vez mais secularizado.

Diferentemente de outras organizações religiosas que surgiram no mesmo período, como a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e a Associação de Educação Católica (AEC), a CNBB não se restringiu ao âmbito religioso e educacional. Em seus primeiros anos, a CNBB, apresentava uma atuação política, porém, sua atuação se destacava como uma instância de articulação do episcopado brasileiro, voltada à coordenação pastoral, administrativa e institucional da Igreja Católica em âmbito nacional. Sua criação

respondeu à necessidade de conferir maior unidade à ação dos bispos em um contexto de rápidas transformações sociais, econômicas e religiosas no país. No entanto, à medida que se intensificaram os conflitos sociais e políticos, especialmente durante o recrudescimento da ditadura militar, a CNBB ampliou progressivamente sua presença na esfera pública, assumindo posições mais críticas diante das violações de direitos humanos, da repressão estatal e das desigualdades sociais. Esse processo de politização não ocorreu de forma imediata nem homogênea, mas resultou de disputas internas, mudanças no cenário nacional e do fortalecimento de setores eclesiais comprometidos com a justiça social, a reforma agrária, a defesa dos trabalhadores, dos povos indígenas e das populações empobrecidas. Ao longo desse percurso, a CNBB consolidou-se como uma arena institucional na qual se expressavam tensões entre diferentes correntes teológicas e políticas da Igreja, articulando interesses eclesiais com as exigências de uma sociedade em transformação. Assim, sua relevância política deve ser compreendida como resultado de um processo histórico gradual, que ganhou maior densidade sobretudo nos anos de resistência ao regime autoritário e no período de redemocratização (Senra, 2017).

A formação da CNBB foi impulsionada por uma série de fatores políticos e eclesiais que vinham se desenrolando desde o início do século XX. O desejo de organizar um colegiado episcopal no Brasil, de maneira a unificar a atuação dos bispos em um contexto cada vez mais plural, ganhou força em 1950, quando Dom Helder Câmara e o advogado Vieira Coelho, então presidente da Ação Católica de Minas Gerais, começaram a articular essa ideia. O apoio do Vaticano foi fundamental nesse processo, especialmente por meio do monsenhor Giovanni Battista Montini, que mais tarde se tornaria o Papa Paulo VI. Com a eleição de Montini ao pontificado, a CNBB foi oficialmente constituída, marcando um ponto de inflexão na relação entre a Igreja e o Estado brasileiro.

Embora a CNBB tivesse, inicialmente, objetivos administrativos claros, como a coordenação de ações pastorais e a administração de recursos da Igreja, sua atuação foi rapidamente ampliada para o campo político. A Igreja, observando o crescimento de uma classe operária urbana, o fortalecimento de universidades seculares e o surgimento de novos grupos de pressão social,

percebeu a necessidade de se posicionar politicamente para preservar sua influência. A CNBB tornou-se, assim, uma plataforma para o episcopado brasileiro articular suas respostas a questões sociais, econômicas e políticas, que iam desde a reforma agrária até os direitos humanos, temas que ganhavam destaque nos debates nacionais a partir da década de 1950 (Alves, 1979).

Com a criação da CNBB, a atuação do episcopado brasileiro ganhou um novo horizonte político. Antes de sua fundação, os bispos se pronunciavam de maneira isolada, cada um em sua própria diocese, sem uma articulação nacional coerente. A partir da constituição da conferência episcopal, a CNBB passou a atuar como uma força coesa, com reuniões e declarações conjuntas que começaram a ter um impacto significativo nas políticas governamentais. Essas ações coletivas deram à CNBB um papel de destaque, não apenas como uma organização religiosa, mas como um ator político importante no cenário brasileiro. Um exemplo dessa atuação foi o impacto dos encontros nacionais de bispos, cujas conclusões passaram a repercutir junto aos governos, que precisavam considerar o posicionamento da Igreja em suas decisões (Schallenmüller, 2011).

A partir da década de 1950, sob a influência dos movimentos leigos, especialmente aqueles atuantes em regiões rurais, a CNBB passou a adotar uma posição mais assertiva nos debates sobre as reformas de base, notadamente a reforma agrária. Um dos primeiros documentos importantes emitidos pela CNBB foi "A Igreja e a Reforma Agrária" (1954), que defendia a redistribuição de terras como um meio de garantir a justiça social no campo. O documento, fruto da 2ª Assembleia Ordinária da CNBB, destacava que a propriedade rural deveria ser vinculada aos trabalhadores da terra, de maneira a combater a concentração fundiária que prevalecia no Brasil. Em 1961, a CNBB aprofundou essa discussão com o documento "A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro", no qual afirmava que a reforma agrária era essencial para a inclusão dos trabalhadores rurais no desenvolvimento econômico do país.

Apesar do avanço inicial dessas ideias, a CNBB começou a enfrentar desafios internos e externos na segunda metade da década de 1960. A perda de impulso progressista dentro da Igreja refletia as tensões globais entre os setores

conservadores e progressistas do catolicismo. No entanto, missionários que atuavam na Amazônia mantiveram o espírito de inovação pastoral, especialmente no que dizia respeito às comunidades indígenas e camponesas. O aumento dos conflitos entre latifundiários e pequenos produtores, bem como entre indígenas e o governo, tornou a região amazônica um foco de resistência social, onde a Igreja, por meio da CNBB, desempenhou um papel central na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social.

Os anos 1960 também marcaram o início de uma postura crítica da CNBB em relação ao governo militar que se instalou no Brasil em 1964. Embora a repressão imposta pelo regime autoritário afetasse diversos setores da sociedade, foi na Amazônia que a Igreja assumiu um papel de protagonismo ao denunciar a violência estatal. Em 1968, 36 clérigos da Regional Norte da CNBB, que abrangia a Amazônia, publicaram um documento no qual condenavam as ações militares na região e pediam uma intervenção mais vigorosa da Igreja em defesa dos pobres. A criação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, foi uma resposta direta a esses apelos e representou um dos momentos mais importantes da atuação da CNBB em defesa da diversidade cultural e dos direitos dos povos indígenas.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a CNBB consolidou sua posição como uma das principais vozes de oposição ao regime. Enquanto o governo ditatorial buscava integrar os povos indígenas à sociedade majoritária por meio de políticas de assimilação cultural, a CNBB, por meio do Cimi e de outras ações pastorais, promoveu a articulação entre as comunidades indígenas e outras organizações de direitos humanos, resistindo às tentativas de marginalização desses grupos. No mesmo período, bispos da Amazônia, como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Estêvão Cardoso e Dom José Maritano, se destacaram na resistência ao governo, organizando encontros que visavam discutir estratégias para amenizar o impacto das políticas repressivas sobre os camponeses e indígenas.

O pontapé inicial para a crítica aberta da CNBB ao regime militar ocorreu no final da década de 1960, quando a repressão estatal começou a atingir diretamente os agentes pastorais. Em 1970, durante a XI Assembleia Geral da

CNBB, foi emitido um documento que condenava explicitamente o uso da tortura pelo governo e denunciava as violações dos direitos humanos cometidas pelos militares. Esse documento foi um marco importante, pois representava uma mudança na postura da Igreja, que até então havia mantido um certo grau de colaboração com o regime. A partir desse momento, a CNBB se posicionou de maneira clara contra o governo, consolidando-se como uma força de resistência moral e política.

Em 1973, no 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CNBB mais uma vez reafirmou seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, vinculando o problema da opressão política às necessidades materiais das classes populares. O documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", publicado em 1977, foi outro marco nesse sentido, ao defender que a ordem política deveria estar sujeita à ordem moral, e que a Igreja tinha o dever de denunciar todas as formas de injustiça social. Esse documento foi assinado por 217 bispos, que criticavam abertamente a repressão militar e defendiam o diálogo como a única forma legítima de resolver os conflitos políticos.

A partir do final dos anos 1970, com a lenta abertura política promovida pelos governos militares, a CNBB intensificou suas críticas ao regime, pedindo a aceleração do processo de redemocratização. Durante os governos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, a Igreja apoiou iniciativas como a anistia política, a reforma partidária e as eleições diretas para governadores, reafirmando seu papel como mediadora entre a sociedade civil e o governo. Em 1981, no documento "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", os bispos da CNBB afirmaram que a verdadeira democracia não poderia ser alcançada sem a inclusão das massas, ressaltando que as desigualdades sociais e regionais representavam uma ameaça à paz interna da nação.

Com a redemocratização, a CNBB continuou a desempenhar um papel fundamental na política brasileira. Em 1986, durante a 24ª Assembleia Geral, a Declaração Pastoral "Por uma Nova Ordem Constitucional" orientou os leigos católicos a participarem ativamente no processo constituinte, promovendo debates públicos e incentivando a mobilização política. O documento também reafirmou o compromisso da Igreja com a justiça social e a defesa dos direitos

humanos, destacando a importância da participação popular na construção de uma nova ordem democrática.

## **2 A CNBB entre adesões, omissões e resistência no regime militar brasileiro**

Embora a CNBB tenha se consolidado, sobretudo a partir do final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970, como uma das vozes institucionais mais relevantes na denúncia da repressão, da tortura e das violações de direitos humanos, essa posição foi resultado de um processo gradual, atravessado por disputas internas, ambiguidades e mudanças conjunturais. Como observa Mainwaring (2004), a relação entre Igreja Católica e política no Brasil não pode ser compreendida como expressão de uma orientação única, pois diferentes setores do episcopado, do clero e do laicato assumiram posições divergentes diante das transformações políticas do século XX. Nesse sentido, a oposição católica ao regime militar não foi imediata nem consensual, mas construída historicamente à medida que o autoritarismo se aprofundava e atingia diretamente agentes pastorais, movimentos sociais e grupos populares.

Nos primeiros momentos do golpe de 1964, setores expressivos da hierarquia católica e do laicato conservador interpretaram a intervenção militar como uma reação necessária à crise política, à mobilização popular e ao temor do avanço do comunismo. Conforme analisam Alves (1979) e Mainwaring (2004), parte da Igreja apoiou ou tolerou inicialmente a deposição de João Goulart, associando o novo regime à restauração da ordem, à defesa da propriedade e à preservação dos valores cristãos tradicionais. Essa adesão não ocorreu apenas no plano institucional, mas também no campo social, por meio da participação de grupos católicos em manifestações conservadoras, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que expressaram a articulação entre anticomunismo, moral religiosa, defesa da família e oposição às reformas de base.

Essa postura inicial revela que a Igreja Católica no Brasil não se comportou como um bloco unificado diante da ditadura. Havia bispos, arcebispos, padres, religiosos e movimentos leigos que apoiaram, de modo explícito ou tácito, a

instalação do regime militar, enquanto outros setores passaram progressivamente a questionar a repressão e as violações de direitos humanos. De acordo com Serbin (2001), as relações entre bispos e militares foram marcadas por tensões, negociações e ambiguidades, revelando que a Igreja manteve canais de diálogo com o regime mesmo quando setores importantes do episcopado já denunciavam a tortura e a violência estatal. Assim, a atuação católica durante a ditadura combinou aproximações institucionais, silêncios estratégicos, dissidências internas e, posteriormente, formas mais explícitas de resistência.

As omissões diante das primeiras práticas repressivas também precisam ser consideradas. Cassações políticas, intervenções em sindicatos, perseguições a lideranças camponesas, estudantis e trabalhistas, censura e repressão a movimentos populares não receberam, de imediato, uma resposta uniforme e contundente da hierarquia católica. Como aponta Rosa (2014), a Igreja Católica teve participação relevante no ambiente político que antecedeu e legitimou o golpe civil-militar, especialmente por meio de setores que viam nas reformas sociais uma ameaça à ordem cristã e à estabilidade nacional. Essa postura expressava a força de um catolicismo conservador, fortemente marcado pelo anticomunismo e por uma concepção hierárquica da sociedade.

Nesse campo, destacaram-se também movimentos laicais como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), cuja atuação se orientava pela defesa da ordem social tradicional, pela crítica às reformas de caráter popular e pela oposição às experiências progressistas no interior da Igreja. A TFP não representava oficialmente a CNBB, mas sua presença evidencia a heterogeneidade do campo católico brasileiro e a existência de grupos religiosos que se posicionavam contra a Teologia da Libertação, as Comunidades Eclesiais de Base, a reforma agrária e a aproximação entre Igreja e movimentos sociais. Conforme Cadeira e Gama (2024), movimentos católicos conservadores como a TFP contribuíram para tensionar o debate interno da Igreja, reforçando leituras anticomunistas e críticas ao engajamento político dos setores progressistas.

A mudança de postura da CNBB deve ser compreendida, portanto, como resultado de um processo histórico de deslocamento institucional. À medida que

o regime militar se tornou mais repressivo, especialmente após o endurecimento autoritário do final dos anos 1960, cresceram as tensões entre o Estado e setores da Igreja comprometidos com a defesa dos direitos humanos. A repressão passou a atingir agentes pastorais, religiosos, estudantes, trabalhadores, camponeses, indígenas e lideranças vinculadas às pastorais sociais. Nesse contexto, setores progressistas ganharam maior força no interior da conferência episcopal, pressionando por uma postura pública mais firme diante da tortura, da violência estatal, da concentração fundiária e da perseguição política. Como demonstra Alves (1979), a denúncia das violações de direitos humanos tornou-se um dos eixos centrais da atuação pública da CNBB a partir do momento em que o autoritarismo passou a confrontar diretamente a ação pastoral e social da Igreja.

Desse modo, a trajetória da Igreja Católica no Brasil durante o regime militar deve ser analisada a partir de suas contradições internas. Não se trata de negar o papel desempenhado pela CNBB na resistência democrática, especialmente nos anos 1970 e no processo de redemocratização, mas de reconhecer que essa atuação conviveu com apoios, silêncios e resistências internas. Como assinala Mathias (2024), as memórias construídas em torno da atuação da CNBB durante a ditadura tendem a destacar seu papel crítico e democrático, mas precisam ser compreendidas à luz das disputas internas e das ambiguidades que marcaram o comportamento da Igreja no período. Assim, a CNBB deve ser entendida não como uma instituição monolítica, mas como uma arena de disputas entre projetos distintos de Igreja, de sociedade e de relação com o Estado.

### **3 A CNBB e a reconfiguração política da Igreja Católica na Nova República brasileira**

A Nova República, quinta fase da República brasileira, teve início em 1985, após a conclusão de mais de duas décadas de ditadura militar. Esse período foi marcado pela restauração das eleições diretas em todos os níveis de governo, o retorno ao multipartidarismo e a retomada de diversas liberdades sociais, que haviam sido cerceadas durante o regime autoritário. A redemocratização trouxe consigo o fim da censura, o direito à greve e a liberdade sindical, facilitando o

surgimento de novas forças sociais e políticas que começaram a moldar o futuro democrático do Brasil. Além disso, a reconfiguração do cenário político permitiu que novos sindicatos, lideranças sociais, movimentos populares e organismos de representação cidadã emergissem com grande força.

Com o término da ditadura militar, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) chegou à Nova República reconhecida como uma das instituições que haviam desempenhado papel relevante na crítica ao autoritarismo, especialmente por meio de documentos, pastorais e pronunciamentos em defesa dos direitos humanos, da justiça social, da reforma agrária e da participação popular. No entanto, essa atuação não deve ser compreendida como expressão homogênea de todo o episcopado brasileiro. Ao longo do regime militar, a Igreja Católica no Brasil foi atravessada por importantes fissuras internas: enquanto setores progressistas se aproximaram da “opção pelos pobres” e atuaram em defesa de trabalhadores, camponeses, indígenas e populações marginalizadas, outros bispos, arcebispos, grupos leigos e movimentos católicos manifestaram posições conservadoras, anticomunistas e, em determinados momentos, favoráveis ao regime militar.

Nesse sentido, a CNBB consolidou-se como uma instituição de grande relevância pública não porque expressasse uma unidade plena do episcopado, mas porque se tornou uma arena de disputas internas e de formulação de posicionamentos coletivos que, em diferentes conjunturas, tensionaram as relações entre Igreja, Estado e sociedade civil. Durante a repressão militar, a conferência assumiu progressivamente uma voz crítica ao autoritarismo, ainda que contrariada por dissidências episcopais e por movimentos laicais de orientação conservadora, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), que encontrava apoio em parcelas significativas do catolicismo brasileiro. Na fase democrática, essa trajetória conferiu à CNBB legitimidade para intervir no debate público sobre questões políticas, econômicas e sociais, influenciando o processo de reabertura democrática e a elaboração da nova Constituição, sem apagar, contudo, as tensões internas que marcaram sua atuação histórica (Mainwaring, 2004; Wohnrath, 2017).

Na segunda metade da década de 1980, a CNBB intensificou sua atuação,

utilizando meios de comunicação de massa, organizando debates públicos e mantendo vigilância sobre o funcionamento do Congresso Nacional. Durante as eleições de 1986, que foram decisivas para a formação da Assembleia Constituinte, a CNBB desempenhou um papel fundamental ao promover consultas públicas e ao mobilizar grupos católicos progressistas, que formaram frentes pró-constituente nas principais capitais do Brasil. Nesse contexto, o pensamento progressista católico vinculava, de maneira inequívoca, a democracia à necessidade de redistribuição de renda e à construção de um país mais justo (Wanderley, 2007). O documento “Por uma nova ordem constitucional”, produzido pela CNBB em 1986, deixava claro que o processo de redemocratização deveria estar atrelado à contínua melhoria das condições de vida da coletividade, enfatizando o papel da Igreja na promoção do bem-estar social.

A atuação política da CNBB, no entanto, não surgiu espontaneamente na década de 1980. Desde a década de 1970, os setores progressistas da Igreja, influenciados pela Teologia da Libertação (TdL), já haviam se engajado profundamente nas causas populares, especialmente nas classes trabalhadoras e nas áreas rurais. A Teologia da Libertação, defendida por teólogos como Gustavo Gutiérrez, enfatizava a luta contra as estruturas de opressão econômica e social e promovia uma visão da fé que se integrava à práxis política, especialmente em contextos de injustiça. Nesse período, a Igreja Católica no Brasil passou de uma instituição que historicamente legitimava o poder das elites econômicas e políticas a uma colaboradora ativa no desenvolvimento de práticas sociais democráticas, desafiando as estruturas autoritárias (Löwy, 2000).

As pastorais, junto com o clero, os leigos e os movimentos sociais conectados à Igreja, desempenharam um papel central na formação política das classes sociais mais empobrecidas, adotando uma postura crítica em relação ao modelo capitalista vigente. Para esses grupos, a concentração de renda era vista como a principal responsável pela perpetuação da desigualdade social. No entanto, mesmo com essa atuação ativa, a CNBB reconhecia que a mudança política dependia de outros fatores, como a atuação dos setores econômicos dominantes, que continuavam a controlar boa parte das decisões políticas no

país. Nesse sentido, embora a Igreja desempenhasse um papel importante na conscientização política, ela estava ciente de suas limitações no campo político e econômico.

Durante os anos 1980, em um contexto marcado pela transição democrática e pela reorganização da sociedade civil, setores progressistas da Igreja Católica redefiniram parte de sua estratégia de atuação, estimulando de modo mais sistemático a participação dos leigos na vida política e nas práticas pastorais de base. Esse incentivo não significou uma democratização homogênea das estruturas eclesiais, tradicionalmente hierárquicas, mas favoreceu a ampliação de espaços de participação em experiências concretas, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais sociais, as associações de bairro, os grupos de formação política e as frentes católicas mobilizadas em torno do processo constituinte. Nessas instâncias, leigos e leigas passaram a atuar de forma mais ativa na leitura da realidade social, na organização comunitária, na defesa de direitos e na formulação de pautas vinculadas à justiça social, à reforma agrária, aos direitos dos trabalhadores e à participação popular.

Esse processo também pode ser observado na mobilização promovida pela CNBB durante a Assembleia Constituinte, especialmente a partir do documento “Por uma Nova Ordem Constitucional”, de 1986, que incentivou a participação dos católicos nos debates públicos sobre a nova Constituição. Do mesmo modo, a presença de militantes católicos em sindicatos, movimentos populares e organizações de trabalhadores, como ocorreu no ABC paulista, evidencia que a atuação laica contribuiu para aproximar práticas religiosas, formação política e ação coletiva. Assim, mais do que afirmar genericamente que os processos decisórios nas dioceses se tornaram democráticos, é mais preciso indicar que determinados espaços pastorais e movimentos vinculados à Igreja favoreceram práticas participativas, ampliando a presença dos leigos na vida pública e contribuindo para a difusão de uma cultura política democrática no interior de segmentos do catolicismo brasileiro e crescente da sociedade civil.

A partir da segunda metade do século XX, mesmo com a perda de influência em alguns setores da sociedade, a Igreja Católica manteve seu caráter comunitário e formador de grupos que vinculavam a religiosidade às questões

políticas. Esse fenômeno foi particularmente visível nas Pastorais Sociais, nos grupos católicos progressistas e nos movimentos sociais ligados à Igreja. A atuação religiosa, aliada ao incentivo à participação popular, foi essencial para inculcar ideais democráticos entre os leigos. O trabalho de base dos militantes católicos também facilitou a adesão de diversos grupos ao universo político e partidário, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) um dos principais canais de expressão política dessa ala progressista da Igreja. Como observa Machado (2009):

A participação dos setores católicos, ou seja, dos militantes católicos nas fábricas, nos sindicatos e no apoio aos diversos movimentos contestatórios no ABCD paulista, região marcada pelo seu forte caráter industrial, remonta à criação da diocese de Santo André, à chegada do seu primeiro bispo e ao apoio da mesma aos movimentos relacionados com a questão dos trabalhadores industriais (Machado, 2009, p. 4).

A ala conservadora da Igreja, por sua vez, opunha-se à participação da instituição religiosa em organizações de operários e mantinha uma postura contrária às greves, enquanto os setores progressistas, vinculados aos sindicatos e movimentos operários, defendiam uma colaboração mais estreita com as associações de bairro e as comunidades eclesiais de base (CEBs). A partir de 1980, a crescente insatisfação entre os trabalhadores da indústria, especialmente em polos como o de São Bernardo do Campo, levou à criação do PT, com forte apoio dos militantes católicos. Além de seu envolvimento na fundação do PT, os cristãos progressistas também atuaram diretamente na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e em outras organizações de trabalhadores, consolidando a conexão entre a ala progressista da Igreja e os movimentos políticos de esquerda (Barbosa, 2007).

A influência da Igreja Católica também foi sentida durante a primeira eleição presidencial da Nova República, em 1989, conforme registrado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Naquela ocasião, a ala progressista da Igreja engajou-se ativamente na campanha de Luís Inácio Lula da Silva, enquanto os setores mais conservadores apoiaram Fernando Collor de Melo. A CNBB, no entanto, manteve uma postura suprapartidária, focando em temas como a reforma agrária e o combate ao aborto. Após a posse de Collor, a CNBB

criticou as políticas econômicas do governo, que, em nome da estabilidade, acabaram por aumentar o desemprego e achatar os salários. Em 1992, a conferência episcopal uniu forças com a OAB, a ABI e a UNE no "Movimento Cívico contra a Impunidade e pela Ética na Política", que foi central nas manifestações que levaram ao impeachment de Collor.

Durante o governo Itamar Franco, em 1993, a CNBB produziu o documento "Ética: pessoa e sociedade", que fazia críticas contundentes ao neoliberalismo, alegando que ele exacerba o individualismo e privilegia os detentores do capital em detrimento dos mais pobres. Esse tema voltou a ser abordado na Campanha da Fraternidade de 1995, com o título "Fraternidade e os Excluídos", na qual a CNBB denunciava as causas estruturais da exclusão social no Brasil e criticava o modelo econômico adotado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que, segundo a Igreja, apenas agravava a concentração de riquezas.

Em 1996, a CNBB publicou o documento "Fraternidade e Política", no qual enfatizava que a presença no campo político era parte essencial da missão da Igreja, mas destacava que a política partidária deveria ser uma atribuição dos leigos. O documento reafirmava que a participação ativa da população era indispensável para evitar a corrupção e garantir o bom funcionamento das instituições democráticas. Em relação à política partidária, o texto ressaltava: "As atuais democracias têm por base o agir político partidário, de tal modo que a suspensão implica hoje, inevitavelmente, cair no autoritarismo ou no totalitarismo" (CNBB, 1996, p. 24).

Além disso, o documento de 1996 refletia sobre o impacto negativo da falta de informação adequada, que perpetuava a alienação política de grande parte da população, especialmente das classes médias e baixas. Para a CNBB, era essencial que sindicatos, partidos e movimentos reivindicatórios organizassem a base popular para enfrentar as elites dominantes e promover mudanças nas estruturas políticas e sociais.

### **Considerações finais**

Na década de 1990, a CNBB continuou a adotar uma perspectiva

progressista por meio de suas Campanhas da Fraternidade, abordando temas sociais de grande relevância, como a discriminação contra a mulher (1990), a exploração do trabalho (1991), a falta de moradia (1993), a exclusão social promovida pelo neoliberalismo (1995), as condições dos presidiários (1997) e o desemprego no país (1999). Essas campanhas destacaram o compromisso contínuo da Igreja Católica com a justiça social, mesmo diante de um cenário político e econômico cada vez mais adverso, marcado pelo avanço do neoliberalismo e pela concentração de riquezas.

Contudo, desde o final da década de 1980, a Igreja Católica na América Latina, e especialmente no Brasil, passou a vivenciar uma inflexão institucional marcada pela intervenção mais direta do pontificado de João Paulo II na contenção dos setores progressistas vinculados à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), às pastorais sociais e aos movimentos populares. Mais do que um genérico movimento conservador impulsionado pelo Vaticano, tratou-se de uma orientação deliberada do então pontífice no sentido de recentrar a ação da Igreja na evangelização, na disciplina eclesial e na preservação da identidade religiosa, reduzindo a margem de atuação de clérigos, leigos e bispos que compreendiam a missão cristã como inseparável do compromisso político com os pobres, os trabalhadores, os camponeses e os povos indígenas.

Essa intervenção manifestou-se por diferentes meios: advertências públicas e documentos dirigidos ao episcopado, pressões sobre bispos identificados com posições progressistas, vigilância sobre a atuação de religiosos envolvidos com movimentos sociais e nomeação de bispos mais conservadores para dioceses consideradas estratégicas. No caso brasileiro, esse processo impactou diretamente a capacidade de articulação dos setores progressistas da CNBB, contribuindo para a perda de centralidade das CEBs, para o enfraquecimento institucional da Teologia da Libertação e para a limitação da presença eclesial em organizações populares, sindicais e políticas. Assim, a mudança de orientação não deve ser compreendida apenas como uma tendência conservadora difusa, mas como parte de uma intervenção pontifícia mais ampla, conduzida por João Paulo II, que buscou redefinir os limites da relação entre Igreja, política e movimentos sociais na América Latina.

A primeira visita de João Paulo II ao Brasil, realizada entre 30 de junho e

12 de julho de 1980, marcou uma nova etapa nas relações entre o Vaticano e o episcopado brasileiro. No encontro com os bispos do Brasil, realizado em Fortaleza, em 10 de julho de 1980, o pontífice já indicava a necessidade de preservar a identidade propriamente religiosa da Igreja, reafirmando a centralidade da evangelização, da comunhão eclesial e da missão pastoral. Essa orientação não significava a recusa da ação social da Igreja, mas estabelecia limites mais claros para a sua presença no campo político, especialmente diante da atuação de setores católicos vinculados à Teologia da Libertação, às Comunidades Eclesiais de Base, às pastorais sociais e aos movimentos populares. Para João Paulo II, a defesa dos pobres e a atenção às necessidades sociais deveriam permanecer vinculadas à missão evangelizadora, sem que a Igreja se confundisse com projetos políticos, organizações partidárias ou movimentos ideológicos.

Essa posição foi retomada de forma mais explícita na Carta do Papa João Paulo II aos Bispos da Conferência Episcopal do Brasil, datada de 9 de abril de 1986, documento que deve ser referenciado diretamente no artigo para garantir maior rastreabilidade ao leitor. Nessa carta, enviada no contexto das visitas *ad limina* do episcopado brasileiro, o Papa reafirmou que a missão essencial da Igreja era a evangelização, a formação cristã, a catequese e a fidelidade à sua identidade religiosa. Ao mesmo tempo, reconheceu que a Igreja não poderia permanecer indiferente às questões sociais, mas advertiu contra o risco de reduzir a missão eclesial à militância política ou à intervenção direta nas disputas sociopartidárias. Essa orientação entrou em tensão com setores progressistas da Igreja no Brasil, para os quais a fé cristã, a opção pelos pobres e a transformação das estruturas injustas eram dimensões inseparáveis da missão evangelizadora.

Desse modo, mais do que uma orientação genérica de afastamento da política, a posição de João Paulo II pode ser compreendida como uma intervenção pontifícia voltada a redefinir os limites da atuação sociopolítica da Igreja no Brasil. O pontífice buscava recentrar a ação eclesial na evangelização e na disciplina institucional, enquanto parte significativa do catolicismo progressista brasileiro defendia que a evangelização deveria se concretizar também no compromisso público com os direitos humanos, a justiça social, a reforma agrária, os trabalhadores, os povos indígenas e as populações empobrecidas. A carta de 1986, portanto, constitui documento fundamental para compreender as

tensões entre o Vaticano e setores da CNBB no período de redemocratização, devendo ser indicada nas referências do artigo como fonte primária dessa inflexão.

Durante o papado de João Paulo II, a Igreja Católica experimentou um processo de consolidação de um padrão conservador. No Brasil, esse processo incluiu a exigência de que o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, uma das figuras mais proeminentes do episcopado progressista, explicasse a atuação da Igreja nas manifestações operárias ocorridas no Grande ABC. Além disso, o controle sobre os jesuítas, devido ao envolvimento político, foi reforçado. O movimento conservador também afetou as práticas eclesiais e a relação da Igreja com os movimentos sociais, com a Congregação para o Clero do Vaticano proibindo explicitamente a participação do clero em atividades políticas ou sindicais. Embora heterogêneo, o conservadorismo católico convergiu na crítica à relação entre religião e política (Mainwaring, 2004).

Após o papado de João Paulo II, Bento XVI continuou a linha de distanciamento entre a Igreja e a política, focando principalmente em questões morais, como o relativismo cultural e a defesa da família tradicional. No entanto, com a eleição do Papa Francisco, em 2013, a Igreja Católica começou a dar sinais de reaproximação com as questões sociais e políticas, especialmente aquelas ligadas às classes mais populares. O pontificado de Francisco buscou incentivar uma descentralização das decisões dentro da Igreja e buscou promover uma reconfiguração de sua estrutura de governança, superando o modelo piramidal de comando único e favorecendo uma abordagem mais colegiada, com maior participação dos leigos nos processos decisórios (Pace, 2018).

O pontificado de Francisco (2013-2025) foi marcado por uma forte ênfase em temas sociais, como a defesa do meio ambiente, a luta contra a desigualdade e o desarmamento. Essas pautas ressoam especialmente entre os católicos progressistas, que veem nesse Papa uma tentativa de retomar o engajamento da Igreja com os movimentos sociais e políticos. Além disso, o Papa Francisco buscou reformar a estrutura de poder da Igreja, promovendo uma maior corresponsabilidade entre leigos e clero, o que tem o potencial de transformar profundamente o perfil da Igreja em um futuro próximo (Carbonell; Béliveau, 2018). Embora os efeitos dessas reformas ainda estejam em fase inicial, as medidas administrativas já implementadas apontam para uma Igreja menos

conservadora e mais comprometida com as questões sociais contemporâneas (Pace, 2018).

Em conclusão, a trajetória recente da Igreja Católica no Brasil, particularmente por meio da CNBB, reflete uma tensão constante entre o progressismo e o conservadorismo. Enquanto os setores progressistas da Igreja, inspirados pela Teologia da Libertação e pelas causas sociais, enfrentaram resistências internas durante os papados de João Paulo II e Bento XVI, o pontificado de Francisco apontou para uma nova fase de reaproximação com as questões sociais e políticas. A CNBB, por sua vez, tem o desafio de continuar sua missão de evangelização e de promoção da justiça social, navegando entre as pressões do Vaticano e as demandas de uma sociedade brasileira profundamente desigual. O impacto dessas mudanças será decisivo para o papel da Igreja nas próximas décadas, tanto no Brasil quanto no cenário global.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe; GAMA, Víctor Almeida. **A Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Regime Militar de 1964: alianças e ambivalências**. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 22, n. 68, e226804, 2024. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2024v22n68e226804.
- CARBONELL, M. A.; BÉLIVEAU, V. G. **Religião e política em tempos de mudança**. São Paulo: Baioneta Editora, 2018.
- CNBB. **Exigências Cristãs de uma Ordem Política**. Documento aprovado pela XV Assembleia Geral da CNBB. Itaiçi, 1977.
- CNBB. Reunião Extraordinária da Comissão Central da CNBB: A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro. *In*: CNBB (org.) **Pastoral da Terra**. São Paulo: Paulinas, 1977.
- CNBB. **Reflexão cristã sobre a conjuntura política**. Documento aprovado pelo Conselho Permanente da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1981.
- CNBB. **Por uma Nova Ordem Constitucional**. Declaração Pastoral. Itaiçi, 1986.
- CNBB. **Ética: pessoa e sociedade**. Documentos da CNBB, n. 50. São Paulo: Paulinas, 1993.

- CNBB. Campanha da Fraternidade 1995: **A fraternidade e os excluídos: eras tu, Senhor?!** Texto-base. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1995.
- CNBB. Campanha da Fraternidade 1996: **Fraternidade e política: justiça e paz se abraçarão.** Texto-base. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.
- CPDOC/FGV. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).** In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas, [s.d.].
- GUISOLPHI, Anderson José. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964.** *Revista Cadernos do CEOM*, Chapecó, 2009.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas.** Petrópolis: Vozes, 1975.
- JOÃO PAULO II. Discurso do Papa João Paulo II aos Bispos do Brasil. Fortaleza, 10 jul. 1980. Vaticano, 1980. Disponível no site oficial da Santa Sé.
- JOÃO PAULO II. Carta do Papa João Paulo II aos Bispos da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil. Vaticano, 9 abr. 1986. Disponível no site oficial da Santa Sé.
- LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- MACHADO, A. H. A influência dos setores católicos na formação do Partido dos Trabalhadores: da relação com os movimentos sociais à ideia de formar um novo partido. **Anais...** ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.
- MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1995).** Tradução de **creceda** Heloisa Braz de Oliveira Prietto. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MATHIAS, Mathews Nunes. **A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a memória da Igreja Católica sobre a ditadura civil-militar.** *Boletim do Tempo Presente*, v. 14, p. 108-129, 2024
- PACE, E. Nem todos os caminhos levam a Roma. In: SEMÁN, P. (Org.). **Religiões e política em tempos de mudança.** São Paulo: Baioneta, 2018. p. 16-28.
- PRESOT, Aline Alves. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe militar de 1964.** Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- ROSA, Renato Torres Anacleto. **A Igreja Católica e o golpe civil-militar de 1964: novas abordagens.** *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 125-133, jan./abr. 2014.
- SCHALLENMÜELLER, Christian Jecov. **Tradição e profecia: o pensamento político da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e seu contexto social e intelectual (1952-1964).** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SENRA, A. O. **CNBB, democracia e participação popular (1977-1989)**. Porto Alegre: Anos 90, 2017.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

WANDERLEY, L. E. W. **Democracia e Igreja Popular**. São Paulo: EDUC, 2007.

WOHNRATH, V. P. **Duas dinâmicas, dois resultados: a Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988. Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 242-270, set.